



**A. Domingues de Azevedo**  
Presidente da CTOC

**Opinião da CTOC** | A Azevedo Pereira cumpre "humanizar" a relação tributária e alicerçá-la em valores que estão algo arredios: boa fé, igualdade e não discriminação. Essa é uma das "batatas quentes" nas mãos do novo responsável dos impostos

## Os desafios do novo director-geral dos impostos

O ministro das Finanças colocou um ponto final nas especulações que há meses rodeavam a substituição do director-geral dos impostos (DGI), Paulo Macedo. O senhor que se segue é José Azevedo Pereira. Não conheço pessoalmente o novo DGI, mas confio plenamente no critério seguido por Teixeira dos Santos. Não creio ser relevante se o nome indicado foi a primeira ou a segunda escolha, se tem um percurso académico preenchido ou se lhe falta tarimba no meio fiscal.

A experiência no sector, sendo importante, não é crucial visto que na administração fiscal pontificam, há muito tempo, quadros com bastantes anos de casa e que conhecem, como a palma das mãos, a especificidade do fisco. O factor-chave terá de ser, neste e noutros casos, o mérito, a competência e a gestão por objectivos. Recordo com um sorriso nos lábios a farta polémica que envolveu a nomeação de Paulo Macedo. Nunca se pôs em causa os seus atributos, mas sim o ordenado que

aufferia ao final do mês. Essa discussão fez correr rios de tinta. Finalmente, e perante os factos, os detractores do DGI que agora cessa funções, esgotaram os seus argumentos. Esperemos que os que agora levantam dúvidas sobre a personalidade de Azevedo Pereira, para bem dos interesses do País, tenham motivos para se calar em breve.

"Há milhões de coisas por fazer", referiu Paulo Macedo, de forma humilde, em entrevista recente. De facto, os desafios que aguardam Azevedo Pereira são muitos e difíceis. Para começar, fisco e contribuintes não podem manter-se em planos desequilibrados e num permanente clima de guerrilha que nenhuma das partes favorece.

A pressão da cobrança fiscal tem assestado rudes golpes nos direitos e garantias dos contribuintes. Neste particular, há dois aspectos que assumem especial importância. A correcção de erros cometidos pela "máquina" fiscal tem de ser corrigida com mais celeridade e é urgente

credibilizar a dignidade perdida da reclamação graciosa. O perigoso caminho que está a ser trilhado do "pague agora, reclame depois" precisa de sofrer uma rápida inversão de marcha, sob pena de se eternizar, em prejuízo dos contribuintes. A Azevedo Pereira cumpre "humanizar" a relação tributária e alicerçá-la em valores que estão algo arredios: boa fé, igualdade e não discriminação. Essa é uma das "batatas quentes" nas mãos do novo responsável dos impostos, mas a herança que recebe do seu antecessor é, ao mesmo tempo, confortável nos resultados, mas de elevada responsabilidade. Tem a seu favor o facto de a "máquina" estar oleada e a funcionar em pleno, com níveis de eficácia altos, mas tem sobre si os olhos postos para fazer pelo menos igual a Paulo Macedo, nunca pior.

As comparações com o anterior DGI serão inevitáveis, quase uma constante. Azevedo Pereira terá o seu estilo, mas o importante é que siga a lógica empreendida nos últimos três anos pela gestão

que o precedeu. Saber lidar com o mediatismo que fisco adquiriu nos últimos anos e gerir sensibilidades internas também não serão tarefas simples.

Em todas as organizações, cada pessoa é um problema. Em prol da estabilidade, seria desejável que para além do sucesso que desejamos na gestão das receitas, Azevedo Pereira granjeasse a simpatia e o apoio dos funcionários do fisco e dos sindicatos. É sabido que quem decide, acaba por carregar com o odioso por ser determinado, mas se todos remarem na mesma direcção, a missão torna-se facilitada. Contudo, a adversidade, sempre que se verifique, não pode condicionar um trabalho que é hercúleo e que deve ser desenvolvido por objectivos. Existe margem de manobra para inovar e limar algumas arestas.

Como é óbvio a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e os seus membros estarão prontos a dar o seu sincero contributo, como intervenientes no processo fiscal. Por uma Administração Fiscal justa e equitativa. ■